

PETROPOLITANAS

DIVULGAÇÃO



Pena foi fixada em quase 13 anos de reclusão, em regime inicial fechado

Justiça Federal condena ex-militar por crimes na Casa da Morte

A Justiça Federal condenou o ex-sargento do Exército Antonio Waneir Pinheiro Lima, conhecido por “Camarão”, pelos crimes de sequestro qualificado e dois estupros praticados contra a militante política Inês Etienne Romeu na Casa da Morte, em Petrópolis. A pena foi fixada em 12 anos, 11 meses e 25 dias de reclusão, em regime inicial fechado. A sentença reconhece como crimes contra a humanidade e afasta a prescrição e a aplicação da Lei da Anistia, porque os crimes ocorreram dentro de um ataque sistemático promovido pelo aparato repressivo do Estado contra opositores políticos. Inês é a única sobrevivente conhecida do centro clandestino de repressão da ditadura militar. Além da prisão, a Justiça determinou a perda do cargo público militar. Mesmo reformado e aos 82 anos, o ex-sargento perderá a graduação porque, segundo a decisão, utilizou a função para manter a vítima em cárcere privado, submetê-la à tortura e praticar violência sexual.

Condenação representa uma reparação tardia

Segundo o MPF, ao menos 22 pessoas foram assassinadas ou seguem desaparecidas após passarem pela Casa da Morte. Para os procuradores da República Vanessa Seguezzi, Antonio do Passo Cabral e Sérgio Suiama, autores da ação penal, a condenação representa uma reparação, ainda que tardia, à memória de Inês Etienne Romeu e de todas as vítimas que passaram pelo local. Os procuradores afirmaram ainda que o MP continuará atuando para que outros casos com provas dos crimes também sejam responsabilizados.

RAFANE PAIXÃO



Casa da Morte: um centro clandestino de repressão da ditadura

Elo com o testemunho deixado pela vítima há 55 anos

O documento é iniciado com um trecho de uma carta escrita por Inês Etienne Romeu em 3 de outubro de 1971, quando ainda estava sob o impacto das violências sofridas na Casa da Morte: “Se eu morrer, essas pessoas divulgarão o documento no país (se a censura deixar) e no exterior, para que um dia se esclareçam fatos obscuros [...] ainda que demande tempo, trabalho e sacrifício, menos em minha memória, mais em nome da honra do país em que nasci [...]”.

Correio não conseguiu contato com a defesa

A redação do jornal Correio Petropolitano tentou localizar a defesa do ex-sargento do Exército Antonio Waneir Pinheiro Lima para comentar a decisão da Justiça Federal, mas não conseguiu identificar ou estabelecer contato com os advogados que representam o ex-militar até o fechamento desta edição. O espaço permanece aberto para eventual manifestação.

Operação

Um terreno que servia para desmontagem de veículos e não possuía registro junto ao Detran RJ foi desarticulado por agentes da Operação Desmonte em uma ação conjunta com as polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e Instituto Estadual do Ambiente. No local na Estrada Philuvio Cerqueira Rodrigues, 749, em Petrópolis.

Crime ambiental

Às margens do Rio Santo Antônio, os agentes também detectaram crime ambiental. Óleo motor e outros poluentes estavam sendo lançados diretamente ao solo e no curso d’água. Todo o material foi recolhido e encaminhado para empresas de reciclagem. A ação da Diretoria de Desmontagem aconteceu após uma operação da Polícia Civil na região.

Desmonte

O Detran RJ foi acionado para constatar que o comércio não possuía registro e retirar as peças, uma vez que o terreno não era cercado, não possuía portão e usuários de drogas estavam invadindo a localidade a noite para roubar peças e consumir substâncias ilícitas, causando transtornos à população. O suspeito foi preso em flagrante.

Audiência

A Câmara Municipal de Petrópolis será palco de uma audiência pública para debater o futuro dos prédios dos Correios no município. O encontro acontece no dia 19 de agosto, às 19h, no plenário da Casa Legislativa, e pretende discutir alternativas para a preservação, utilização e valorização desses imóveis, considerados parte do patrimônio histórico da cidade.

Tema

O debate é promovido pela vereadora Professora Livia, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Sintect-RJ). O tema da audiência será “Direitos Humanos, Memória e Patrimônio: O futuro dos prédios dos Correios em Petrópolis”. A proposta é ampliar o diálogo sobre a importância do patrimônio histórico e cultural.

Venda

Vale lembrar que o prédio onde funciona a sede dos Correios em Petrópolis, localizado na Rua do Imperador, nº 350, no Centro Histórico, foi colocado à venda pela estatal. A medida integra o plano de recuperação financeira anunciado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em novembro do ano passado.



DPRJ aponta aumento de 26,8% nos casos de violência contra a mulher

Defensoria tenta impedir adiamento da DEAM para 2028

Órgão pede para manter prazo de 2026 e cita alta da violência contra a mulher

Por **Gabriel Rattes**

A Defensoria Pública do Estado (DERRJ) pediu à Justiça que rejeite o pedido do Governo do Estado para adiar de agosto de 2026 para dezembro de 2028 a implantação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em Petrópolis. O pedido foi protocolado na Ação Civil Pública que cobra a implantação do equipamento na cidade. Segundo a Defensoria, o Estado não apresentou qualquer fato novo ou motivo que justifique a alteração.

A petição sustenta que o cronograma apresentado pelo governo descreve apenas etapas administrativas comuns, como elaboração de projetos, licitação e execução de obras, que já eram previsíveis antes mesmo do ajuizamento da ação. Para o órgão, a demora decorre exclusivamente da condução administrativa do Estado e não pode servir como justificativa.

A manifestação também afirma que houve pouca movimentação administrativa durante mais de três meses após a decisão liminar. Conforme a cronologia apresentada, a ordem judicial passou a produzir efeitos em 6 de março de 2026, mas a elaboração efetiva do plano de ação só começou em 19 de junho. A Defensoria destaca ainda que diversos atos administrativos foram concentrados em menos de cinco dias, quando o prazo judicial já estava próximo do fim, demonstrando, segundo o órgão, falta de prioridade na execução da medida.

Outro argumento utilizado é o crescimento dos indi-

cadores de violência contra a mulher em Petrópolis. Com base nos dados do Dossiê Mulher, produzido pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), a Defensoria aponta que os principais registros passaram de 2.848 ocorrências em 2023 para 3.612 em 2025, aumento de aproximadamente 26,8%.

Entre os dados destacados estão o crescimento das lesões corporais dolosas, ameaças e medidas protetivas de urgência. Para o órgão, esses números reforçam a necessidade de implantação da DEAM sem novos adiamentos.

A Defensoria requer também que a Justiça mantenha a determinação para que a delegacia funcione 24 horas por dia, sete dias por semana, apresente relatórios periódicos sobre o andamento das obras e mantenha a aplicação de multa em caso de descumprimento. O órgão também solicita a realização de uma audiência de acompanhamento.

Em nota, o Governo do Estado informou que irá recorrer das decisões judiciais por entender que Petrópolis já dispõe de estruturas especializadas para o atendimento de mulheres vítimas de violência, incluindo a Deam Digital desde março deste ano. Segundo a PCERJ, a 105ª Delegacia conta com um Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher (Niam). O Estado afirma que o modelo segue o padrão adotado em outros municípios fluminenses. O governo também destacou que a PM mantém, desde 2019, o programa Maria da Penha na área do 26º BPM.